

Ano 18, Vol. XVIII, Núm.2, jul-dez, 2025, pág. 404-414.

AS NEGOCIAÇÕES DA EXISTÊNCIA: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DAS MEMÓRIAS DE UMA PESQUISADORA INDÍGENA

NEGOTIATIONS OF EXISTENCE: CONSIDERATIONS BASED ON THE MEMORIES OF AN INDIGENOUS RESEARCHER

Rubia de Abreu Cavalcante¹

Uilamir Costa de Alencar²

RESUMO

Os contatos entre os sujeitos de diferentes culturas têm sido observados ao longo de milhares de anos, geram diferentes povos, promovem trocas culturais e fazem emergir não apenas culturas distintas, como também diferentes fenômenos, alguns deles podendo ser observáveis do ponto de vista linguístico. Nesse sentido, considerando os contatos nem sempre pacíficos entre os sujeitos, proponho-me a analisar, de forma errática, a forma como uma pesquisadora indígena negociou sua existência em contextos não indígenas. Para tanto, foram selecionados alguns trechos narrados oralmente pela palestrante, a partir dos quais duas questões culturais serão problematizadas: memórias e negociação. Ouso fazê-lo após a escuta da palestrante em um congresso sobre linguagens, tomando como referência alguns autores dos estudos culturais, tais como Sarlo (2007), Halbwachs (2006), Bhabha (2001) e Geertz (1978). As considerações finais apontam para negociações culturais ao longo do tempo, como forma de forjar a existência do sujeito em distintos espaços sociais.

Palavras-chave: Memória; Negociação; Existência.

ABSTRACT

Contacts between individuals from different cultures have been observed over thousands of years, generating different peoples, promoting cultural exchanges and giving rise not only to distinct cultures, but also to diverse phenomena, some of which can be observed from a linguistic point of view. In this sense, considering the not always peaceful contacts between individuals, I propose to analyze, in an erratic way, the way in which an indigenous researcher negotiated her existence in non-indigenous contexts. To this end, some excerpts narrated orally by the speaker were selected, from which two cultural issues will be problematized: memories and negotiation. I dare to do so after listening to the speaker at a conference on languages, taking as reference some authors of cultural studies, such as Sarlo (2007), Halbwachs (2006), Bhabha (2001) and Geertz (1978). The final considerations point to cultural negotiations over time, as a way of forging the existence of the subject in different social spaces.

Keywords: Memory; Negotiation; Existence.

INTRODUÇÃO

¹ Doutoranda em Letras: Linguagem e Identidade (UFAC). TAE – Revisora de Textos (IFAC). rubia.cavalcante@sou.ufac.br Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-9437-1915>.

² Doutorando em Letras: Linguagem e Identidade (UFAC). Professor da Educação Básica (SEE/AC). uilamir.alencar@sou.ufac.br Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-6653-5380>.

As inquietações teóricas que deram origem a este artigo nasceram em duas situações comuns e distintas para as quais propomos uma contextualização. A primeira diz respeito à exigência da produção de artigos ao longo do Doutorado em Letras: Linguagem e Identidade – curso ofertado pela Universidade Federal do Acre, instituição na qual estamos matriculados -, especialmente a partir de teóricos dos estudos culturais, que rompem com correntes e pensamentos cartesianos, confrontam temas e formas de pensar algumas categorias de análise dantes inquestionáveis e, para isso, propõem novos reagrupamentos, separação e aproximação de temas e também sugerem outras formas de pensar sobre processos sócio-históricos nos quais os indivíduos estão inseridos em distintas sociedades.

A segunda situação está relacionada ao fato de nossa turma de doutorado ser intercultural, isto é, nela estarem matriculados alunos não indígenas e alunos indígenas. Em 2024, ao participarem do Congresso Linguagens e Identidades Amazônicas - evento acadêmico que, dentre tantas atividades (comunicações, minicursos e debates), possibilitou aos estudantes docentes e comunidade reflexões sobre linguagens e conhecimentos produzidos nas Amazônia e a partir das Amazônia - diferentes alunos indígenas foram convidados a proferir suas falas no formato de palestras.

Em meio às discussões no referido evento, uma dessas falas em especial tratava dos trânsitos linguísticos, trajetórias formativas, reexistências de estudantes indígenas, circunstância em que percebemos um tema convergente que perpassava todas as falas ao longo de uma sessão temática: as formas de negociação de existir de indígenas em espaços não indígenas.

Foi a partir de um fenômeno linguístico observável do ponto de vista cultural que nos propusemos a escrever este artigo e que, de forma interpretativista (LOPES, 2019), propomos analisar as memórias de uma pesquisadora indígena conferencista, cuja identidade será mantida em sigilo, tendo como norte a discussão acerca de memórias e negociação.

Convém explicar que minhas reflexões vindouras serão feitas com consciência de toda a história de luta e resistência desses povos no Brasil, que tiveram seus territórios invadidos, suas linhagens interrompidas, suas línguas violentamente substituídas, suas relações sociais e seus modos de vida afetados por colonizadores e mais recentemente por agentes do capital, governos, militares, dentre outros, conforme nos esclarece Martins (1993). Deixamos explícito, por fim, que nossas observações, interpretações e análises são feitas a partir de vivências não indígenas.

PROPOSIÇÕES METODOLÓGICAS

No Brasil, movimentos de resistência favoráveis à criação de vagas a serem reservadas em concursos públicos para os povos indígenas conseguiram, em 2012, pressionar o congresso nacional para a promulgação da Lei nº 12.711, popularmente conhecida como Lei de Cotas, que garante que o número de vagas reservadas para índios, negros e pardos seja proporcional ao número de pessoas de determinada etnia residente no estado em o *campus* universitário está instalado. Esse instrumento legal e democrático foi um grande passo para rumo à democratização do ensino, especialmente para populações indígenas, após séculos de exclusão e de negação de direitos.

Nas palavras de Baniwa (2012) “o acesso ao ensino superior por indígenas não é apenas um direito; mas um desejo da sociedade brasileira, na medida em que os povos indígenas administram hoje mais de 13% do território nacional”. Esse acesso tem trazido à tona diversas discussões e reflexões sobre a participação de estudantes indígenas em múltiplos espaços sociais, sobretudo nos espaços acadêmicos de graduação e pós-graduação.

A presença cada vez mais massiva desses estudantes em espaços acadêmicos têm incitado as universidades brasileiras a inverter suas bases epistemológicas coloniais. A reivindicação pelo lugar de fala obrigou a academia a não ignorar a cosmovisão de cada povo, de suas crenças, dos seus costumes, das suas línguas, dos modos de se relacionar com o outro e com o mundo.

É nesse contexto que nasce este trabalho em que buscamos fazer uma análise interpretativista das memórias narradas de uma aluna universitária que participou de um congresso científico. Para tanto, concentramo-nos em ouvir a voz de uma mulher/estudante/militante/pesquisadora, que narrou episódios sobre como diariamente precisou alterar a rota da sua vida em razão do outro, do olhar do estranho, do não indígena.

Como critério para a seleção das falas que viriam a compor este texto, destacamos as memórias da palestrante pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade as quais, cabe enfatizar, jamais serão contadas/lembradas/selecionadas para compor capítulos de livros didáticos ou serão relatadas pelas chamadas fontes oficiais, tais como documentos, livros, jornais e outros escritos que historicamente registraram e privilegiaram o ponto de vista dos que venceram e não dos que foram derrotados em batalhas sempre desiguais.

Nesse sentido, tomamos as memórias (ou o testemunho) da pesquisadora como uma fonte histórica legítima, porque compreendemos, em primeiro lugar, que é possível analisar fatos do ponto de vista de pessoas comuns, as quais experienciam versões da história a partir de situações vividas, diferentemente das tramas narrativas ideologicamente criadas e sustentadas como verdade.

Em segundo lugar, consideramos, como assinala Thompson (2000), que utilizar fontes orais em trabalhos científicos é um “compromisso político com a história dos grupos oprimidos e marginalizados”, que ao narrarem suas próprias experiências de vida, desafiam as lógicas das histórias mantidas pelo Estado e impõem à academia reconhecer e rediscutir as consequências das verdades oficialmente mantidas.

Além disso, analisar as memórias nos possibilita pensar que a história pode ser contada a partir de ponto de vista subjetivo, que, dentre tantas possibilidades, pode valorizar as trajetórias de sujeitos, os detalhes e observações de suas trajetórias, bem como as exceções que marcam a vida de homens e mulheres historicamente marginalizadas.

É então considerando esse conjunto de circunstâncias que tentaremos, respeitosamente, analisar e interpretar os sentidos promovidos por sujeitos para estabelecer negociações, em busca de alguns significados, tendo muito claramente a percepção de que jamais poderemos pensar e até mesmo sentir o mundo pela conferencista, tampouco mensurar o desenraizamento da sua cultura em favor de outra.

Assim, não há um compromisso com a verdade precisa dos fatos, ou ainda com a transparência dos ditos e não ditos, isto é, não há confronto entre as experiências da pesquisadora e algum dado histórico ou documentos que assegurem certa confiabilidade, fidedignidade ou verdade ao que foi exposto pela conferencista.

As inspirações vieram apenas nas memórias narradas ao longo do evento, por vezes contadas com alegria e orgulho, sobretudo quando a pesquisadora conseguiu chegar a diferentes lugares almejados, outras vezes com revolta, resignação e a partir de diferentes estratégias para resistir e existir em diversos espaços sociais.

A DUPLA CONSCIÊNCIA COMO ATO DE RESISTÊNCIA E EXISTÊNCIA

Antes da análise em si, é fundamental contextualizar resumidamente a vida da pesquisadora: uma mulher indígena, que mora, estuda e narra a sua trajetória forjada em espaços urbanos. Sua narrativa aponta para diversos momentos diaspóricos, em razão das lutas do seu povo, sobretudo as da sua família, para garantir direitos. Esses movimentos, obrigaram-na a sair de Assis Brasil e a migrar para Xapuri, Rio Branco, Manaus, Brasília, Assis Brasil e novamente Rio Branco.

No início da sua fala para o público presente no congresso, a pesquisadora disse: *sofro preconceito por ter me urbanizado*. É possível interpretar no trecho em destaque que a presença de uma indígena em espaços urbanos, ou de alguém que morou mais tempo em espaços urbanos do que na aldeia é motivo de incômodo para indígenas e não-indígenas. Entretanto, a esse respeito cabe pensar no que diz Bento (2017), ao refletir sobre os espaços sociais:

O espaço social só pode ser interpretado por seu conjunto de relações que se compenetraram e se superpõem. As fronteiras visíveis neste espaço fazem nascer uma aparente separação, ao mesmo tempo confusa e contínua. Apesar de distintos por essas separações (muros, cercas), os fragmentos do espaço social são indissociáveis, superpostos entre pequenos e grandes movimentos interescares e temporais. O “lugar social” – cada ponto do espaço produzido socialmente – só pode ser compreendido em uma dupla determinação que o rompe, o conduz e o interfere: pelos grandes movimentos (global) e em contraposição pela sua posição em pequenos movimentos dentro de uma rede de menor amplitude escalar (local).

Ao relacionar o preconceito sofrido pela conferencista ao excerto em evidência, é possível depreender que os discursos deterministas sobre quais espaços são urbanos e quais não são revelam como a sociedade, em análise a capitalista, não apenas se apropria, mas também organiza e adapta os espaços ao seu modo, conforme suas inclinações, de modo a afetar diretamente e de múltiplas formas a vida dos sujeitos. Em outras palavras, as estereotipias relacionadas aos modos de ser e de existir criam, nas sociedades modernas, divisões e fronteiras formuladas culturalmente.

Se nas aldeias tais estereotipias causam estranheza, em espaços urbanos alargam fronteiras e criam complexos problemas sociais, evidenciando representações colonizadoras sobre o que os indígenas podem ou não fazer na cidade, determinando também os espaços que eles podem ou não ocupar.

Nesse sentido, cabe mais uma vez recorrer ao que nos ensina Bento (2017):

O espaço abstrato é o da modernidade, caracterizado pela tríade homogeneidade-fragmentação-hierarquização. É homogêneo para exercer a gestão, dominação, vigilância, comunicação e fabricação de materiais; é fragmentado, pois se desmembra em parcelas que expressam diferenciações espaciais e sociais e; é hierarquizado em espaços de poder, controle e circulação.

Considerado o fragmento acima, esse território fronteiro criado por não indígenas deixa cristalina uma das ideologias presentes em determinados grupos sociais, que descreve indígenas como seres inferiores, indóceis, selvagens, não racionais e pré-determinados à convivência entre animais em meio à natureza. Esses sujeitos não indígenas são historicamente os mesmos que determinam as regras de convivência, as fronteiras geográficas, as etiquetas sociais além do direito à existência (ou não existência) em distintos espaços sociais.

Ao continuar sua narrativa, a pesquisadora destaca o que ouvia frequentemente ao chegar às escolas em que estudou fora da aldeia: *a caboca chegou*. Ao relatar a experiência, ela relembra, com dor, o mesmo sentimento experimentado em diferentes circunstâncias vivenciadas dentro do espaço escolar.

Ela descreve que frequentemente não compreendia o porquê de haver discriminação por ser indígena, tampouco os motivos pelos quais não poderia simplesmente estudar como todas as outras crianças. Sem saída, ao menos naquele momento para essa e outras situações similares, a saída foi o silêncio.

Para continuar estudando no mesmo espaço em que os outros alunos, a conferencista teve que prescindir de seus direitos de ir, de vir, de falar, de estudar, de exercer seu papel de cidadã. O silêncio surgiu como um mecanismo de submissão frente ao sujeito que domina e oprime. O calar fez com que ela avaliasse a sua cultura, comparasse sua cultura à dos colegas e professores.

Nesse claro processo de desumanização do outro, rapidamente a conferencista compreendeu que para continuar a existir naquele lugar, que não permitia um encontro mais 'pacífico' entre uma cultura nova e uma recriação, seria preciso introduzir no seu cotidiano as invenções do outro, ou ainda, conforme nos ensina Bhabha (2001), naquele momento a sobrevivência significou "operar nos interstícios de uma gama de práticas", caso contrário, ela não seria aceita, nem reconhecida pelo grupo.

Ao expor e chamar atenção para as diferenças culturais da estudante, subjugando e marcando diferentes fronteiras, seus professores - aqui os detentores de falas racistas e colonizadoras - são sujeitos de quem ela não esperava determinada conduta, que negaram

qualquer possibilidade de estabelecimento de relações consensuais e impuseram os valores de seu grupo.

Como consequência dessas relações culturais, traumas, ambivalências, sentimentos confusos e deslocamentos tanto sociais, quanto culturais, a pesquisadora foi tecendo sua existência a partir da “*differance*”, categoria de análise que segundo caracteriza Bhabha (2001), é “totalmente histórica e discursiva”. No entendimento desse autor,

É na emergência dos interstícios - a sobreposição e o deslocamento de domínios da diferença - que as experiências intersubjetivas e coletivas de nação [nationness], o interesse comunitário ou o valor cultural são negociados. De que modo se formam sujeitos nos "entre-lugares" nos excedentes da soma das "partes" da diferença (geralmente expressas como raça/classe/gênero etc.)? De que modo chegam a ser formuladas estratégias de representação ou aquisição de poder [empowerment] no interior das pretensões concorrentes de comunidades em que, apesar de histórias comuns de privação e discriminação, o intercâmbio de valores, significados e prioridades pode nem sempre ser colaborativo e dialógico, podendo ser profundamente antagônico, conflituoso e até e incomensurável? (BHABHA, 2001, p.20).

É nessa disputa por negociar (e não negar) sentidos, em situações adversas e com objetivos totalmente distintos do que inicialmente almejou para sua vida, que a pesquisadora afirma *eu reconstruí a escola para tentar sobreviver*. A reconstrução teve a ver com os silenciamentos, os apagamentos, os deslocamentos de traços culturais e as aquisições de novos hábitos nem sempre consensuais.

Ao relatar a dificuldade de conseguir emprego, a conferencista lembrou as dificuldades por que os indígenas passam em contextos urbanos para sobreviver *nós não temos oportunidade de trabalho formal*. Os obstáculos apresentados para obter um emprego com carteira assinada, que garante a trabalhadores e trabalhadoras direitos e deveres previstos pela legislação trabalhista (salário, décimo terceiro, férias remuneradas, contribuição previdenciária, dentre outros), expõem um grande problema social pelo qual passam muitos indígenas que vivem fora de suas aldeias, tais como: instabilidade financeira, insegurança alimentar, ausência de garantias trabalhistas e direito à aposentadoria, auxílio doença, dentre tantos outros.

Nesse contexto, a garantia de sobrevivência é ‘aceitar’ trabalhar sem carteira assinada e assumir todos os riscos das consequências elencadas. Em outras palavras, essa ‘garantia’ acarretou na desumanização de uma mulher indígena, violou leis federais, subjugou a capacidade de interagir social e politicamente e transformou corpos.

Em meio a tantas situações de opressão, reiteramos, criadas culturalmente contra essas pessoas, essa então aluna decidiu concluir o ensino básico e fazer faculdade. Dessa vez em um

espaço acadêmico, ela novamente recebeu dos representantes de uma instituição de ensino uma não reciprocidade no que tange os conhecimentos de mundo, tal como nas palavras dela *a Ufac foi o espaço em que mais sofri preconceito na vida.*

Dessa vez, a voz da pesquisadora denuncia que na academia, espaço que historicamente organiza e coloniza saberes, foi o lugar em que ela enfrentou seus piores dias de estudante. Sua capacidade intelectual foi questionada, seus direitos foram negados, mas também foi nesse mesmo espaço que sua consciência política e identitária fez emergir posicionamentos ‘culturalmente’ marcados (CUNHA, 2009).

Para narrar como ela e sua família lidaram e lidam com as questões identitárias que afetaram e ainda afetam fortemente a sua trajetória, a conferencista enfatiza: *todos os membros da minha família estão lutando por pauta indígena.* Destacamos nesse trecho da trajetória dois aspectos: a luta em defesa dos direitos dos povos indígenas, histórica e violentamente negados, bem como o uso do verbo “estão” que denota a sincronia com o tempo e espaço em que faz ecoar suas vozes. Em outras palavras, a fala reflete a emergência de se discutirem os direitos de ser e existir dos povos.

Ao encerrar a sua participação no evento, a pesquisadora salienta que dentre os membros de sua família, a sua bandeira é por espaço acadêmico para mulheres indígenas. Na mesma ocasião, ciente dos seus direitos e de seu papel naquele espaço, afirma que não mais aceita o que ouvia na época em que cursava a educação básica: *os índios verdadeiros são os que estão na aldeia.*

Ao contrário, define-se como uma pessoa múltipla, que pode e deve ocupar distintos espaços, seja em territórios indígenas, seja em territórios não indígenas. E posiciona-se, reafirmando não apenas os aspectos da cultura de seu povo, mas relacionando-os (e não os negando) ao novo, quando se expressa sobre o momento histórico em que vive, como pesquisadora (doutoranda), quando diz *eu procuro o mínimo citar autores não indígenas*, ao se referir às suas produções acadêmicas.

Além disso, ela expõe a necessidade de a academia se abrir para considerar diversos saberes ancestrais, questiona perspectivas colonialistas do saber, desconstrói o caráter universal e natural da ciência europeias, utilizando para isso um discurso contra-hegemônico que desobedece por meio da linguagem uma ordem instituída por não indígenas.

Essa dupla consciência - aqui compreendida como “consequência da colonialidade do poder e a manifestação de subjetividades forjadas na diferença colonial” (MIGNOLO, 2005) –

manifestada pela conferencista, foi formada a partir das diferenças entre a pesquisadora e os outros (os não indígenas) em contextos sociais distintos. Seus estranhamentos e seus novos hábitos foram moldados pelo olhar do julgamento, modificaram seus costumes e a fizeram resistir para existir como uma intelectual indígena, que transita entre um mundo que já não é o que deixou outrora (a aldeia) e o que habita, mas não acolhe (a cidade).

A partir dessa narrativa diaspórica, ficam evidentes as preocupações do teórico indiano Homi Bhabha (2001) destacadas em sua obra intitulada *O local da Cultura*. Para ele, os grandes problemas sociais não têm suas raízes fincadas unicamente nas questões econômicas amplamente conhecidas e que dividem Primeiro Mundo *versus* Terceiro Mundo, esquerda *versus* direita, Norte *versus* Sul, oprimido *versus* opressor, ricos *versus* pobre, dentre outros binarismos defendidos por pesquisadores e teóricos do campo das linguagens.

O autor não nega as consequências desses antagonismos, mas propõe que as pesquisas acadêmicas avancem e enxerguem os interstícios entre as polaridades. Para tanto, propõe que as pesquisas se voltem para a observação da identificação do imaginário, a qual se posiciona no intervalo de disputas antagônicas.

Ao defender seu ponto de vista e optar por uma não filiação a qualquer classe, Bhabha (2001) deixa claro que a visão marxista, a qual enxerga e aponta os antagonismos do outro - para ele o “o dócil corpo da diferença, que reproduz uma relação de dominação e que é a condenação mais séria dos poderes institucionais da teoria crítica” - não é o seu objeto de análise, e defende uma “articulação menos piegas” em torno de um princípio político e uma inclinação maior às questões relacionadas aos princípios da “negociação política”. Isso significaria uma forma de negociação simbólica que, como consequência, resultaria em vontade coletiva dos sujeitos.

É relevante frisar que nos diversos trechos destacados, as memórias da pesquisadora apontam como ela forjou sua existência a partir da articulação de elementos considerados antagônicos, articulação esta que contestou e colocou em xeque diferentes territórios. Além disso, as memórias possibilitaram um olhar para um tempo passado, pois

não pode ser eliminado, e é um perseguidor que escraviza ou liberta, sua irrupção no presente é compreensível na medida em que seja organizado por procedimentos da narrativa, e, através deles, por uma ideologia que evidencie um *continuum* significativo e interpretável do tempo. Fala-se do passado sem suspender o presente e, muitas vezes, implicando também o futuro. Lembra-se, narra-se ou se remete ao passado por um tipo de relato, de personagens, de relação entre suas ações voluntárias e involuntárias, abertas e secretas, definidas por objetivos ou inconscientes; os personagens articulam grupos que podem se apresentar como mais ou menos

favoráveis à independência de fatores externos a seu domínio. Essas modalidades do discurso implicam uma concepção do social e, eventualmente, também da natureza. Introduzem um tom dominante nas “visões do passado”. (SARLO, 2017, p. 12).

Por fim, conforme ensina Sarlo (2017) no trecho acima destacado, ainda que a pesquisadora/palestrante quisesse ao longo da vida se esquivar de fatos vividos ou experienciados, eles ressurgem no presente, pois as memórias vêm à tona, são incontornáveis e circunstanciais, ou seja, independem das vontades dos sujeitos que lembram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscamos evidenciar como uma conferencista indígena negociou sua existência em espaços não indígenas a partir de discussões embasadas nos estudos culturais. Há que se registrar que um trabalho dessa natureza não reproduz sentimentos violentamente provocados pelo desenraizamento de povos que lutam diariamente para manterem-se vivos.

O estudo interpretativista utilizou como dados as memórias da conferencista para demonstrar algumas dificuldades a que indígenas são submetidos para morar, estudar e trabalhar em ‘espaços urbanos’ e que aprenderam a resistir para existir fora da aldeia.

Com a análise, expusemos as diferenças culturais postas em evidência por falas discriminatórias evocadas por não indígenas, sendo possível perceber inicialmente um silenciamento, para que a conferencista fosse aceita por diversos grupos, e como outras negociações de sentido se fizeram e ainda se fazem necessárias, como forma de forjar sua existência em distintos espaços sociais, principalmente o acadêmico.

REFERÊNCIAS

BENTO, Victor Régio da Silva. **Expansão urbana e segregação socioespacial em Rio Branco – Acre**. 2017. 380f. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará, Ceará. 2017.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

HALBAWCHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

LOPES, L. P. da M. (2019). **Pesquisa interpretativista em lingüística aplicada: a linguagem como condição e solução**. DELTA: Documentação e Estudos Em Linguística Teórica E Aplicada, 10(2). Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/45412>

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MIGNOLO, Walter D. **A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade**. In: LANDER, E. (org.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. CLACSO: Buenos Aires, 2005.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, n°. 2, 1996.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

THOMPSON, Alistair. Aos cinquenta anos: uma perspectiva internacional da história oral. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.) **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000.

BANIWA. Gersem. A Lei de Cotas e os povos indígenas: mais um desafio para a diversidade. **Cadernos do pensamento crítico**. Brasília: Flacso. 2013 Disponível em: <https://flacso.redelivre.org.br/files/2014/12/XXXVcadernopensamentocritico.pdf>

Submetido em: 30 de maio de 2025.

Aprovado em: 27 de junho de 2025.

Publicado em: 01 de julho de 2025.

Autoria

Autor 1

Nome: Rubia de Abreu Cavalcante
Instituição: Universidade Federal do Acre (UFAC)
E-mail: rubia.cavalcante@sou.ufac.br
País: Brasil

Autor 2

Nome: Uilamir Costa de Alencar
Instituição: Universidade Federal do Acre (UFAC)
E-mail: uilamir.alencar@sou.ufac.br
País: Brasil